

TEMA: CRIANÇA INDÍGENA E TERRITÓRIO – a situação de acampamento das crianças kaiowá e guarani na aldeia - PAKURITY/MS¹

Sônia Rocha Lucas – PPGant/UFGD

Dr. Antonio H. Aguilera Urquiza – UFMS e PPGant/UFGD

Palavras - chave: Crianças Kaiowá e Guarani; Situação de Acampamento; Território.

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de estudar as crianças indígenas Kaiowá e Guarani² da Aldeia Pakurity, como vivem e percebem a situação de acampamento em que estão submetidas no estado do Mato Grosso do Sul há décadas, o presente trabalho é parte de uma proposta do anteprojeto de pesquisa para o programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFGD), nível Mestrado.

Podemos dizer, primeiramente, que a relevância dessa pesquisa é baseada no Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que reconhece o direito dos povos indígenas a possuírem seus costumes, línguas, religiões e organização social distintas da sociedade nacional. Apesar das garantias constitucionais, salientamos, no entanto, o fato de Mato Grosso do Sul se apresentar, nos últimos anos, como o Estado de maior violência contra os povos indígenas no país³. Sendo assim, tem um dos quadros mais graves de violação de direitos humanos dos povos indígenas, sendo um dos principais indicadores a baixíssima taxa de demarcação de suas terras tradicionais. Segundo o relatório de Violência Contra os Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI (2010, p. 16), “no ano de 2003 a 2010 houve no Mato Grosso do Sul 250 assassinatos de indígenas, enquanto no restante do Brasil, neste mesmo período, foram registrados 202”. Já no ano de 2014 foram 25 vítimas indígenas só em Mato Grosso do Sul (CIMI, 2014. p.76).

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² Utilizo o termo Kaiowá e Guarani para me referir aos Guarani Kaiowá e aos Guarani Ñandeva. Salientando que possuem diferenças, apesar de apresentarem proximidade cultural, sociológica, linguísticas e territoriais.

³ Fonte: CIMI. Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil. 2014. http://www.cimi.org.br/pub/MS/Viol_MS_2003_2010.pdf. Acessado em 09 de Junho de 2016 às 17hs.

De acordo com os resultados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), a população brasileira soma 190.755.799 milhões de pessoas e 817,9 mil pessoas se declararam indígenas contabilizados pelo quesito cor ou raça. Somando todos os que não se declaram neste quesito (raça e cor), mas se declaram indígenas e são contabilizados dentro das terras indígenas, o total de população residente no território nacional passa para 896,9 mil pessoas, distribuídos em 305 diferentes etnias e com o registro de 274 línguas indígenas no país. Desses, 36,2% residem na área urbana e 63,8% na área rural. Sendo 517,383 mil residindo em Terras Indígenas e 379,534 mil vivendo fora delas (Tabela 1). Em se tratando de porcentagem, o conjunto de indígenas que residiam nas terras indígenas é de 57,7% e 42,3% fora delas. Esse dado nos mostra que quase a metade da população indígena do Brasil está vivendo fora das Terras Indígenas, o que demonstra a necessidade e a urgência de que o Estado possa garantir aos povos indígenas seus direitos assegurados pela Constituição Federal, principalmente em se tratar do direito a posse de seus territórios.

TABELA 1: População Indígena e Terras Indígenas

População indígena por situação do domicílio, segundo a localização do domicílio - Brasil – 2010			
Localização do domicílio	População indígena por situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	896 917	324 834	572
Terras indígenas	517 383	25 963	491
Fora de Terras indígenas	379 534	298 871	80 663

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Na região Centro-Oeste há 143,432 mil indígenas (Tabela 2) e 72,5% residem nas Terras Indígenas. Em Mato Grosso do Sul encontra-se a maior população indígena da região Centro-Oeste e a segunda maior do país com 77.025 indígenas e 79% de sua população vive em Terras Indígenas. Esse dado não significa que a questão da propriedade da terra é um assunto resolvido no estado, pois em Mato Grosso do Sul o tema das comunidades indígenas e seus territórios tem sido objeto de grande polêmica, tendo em vista a realidade dos últimos anos, de constante conflito fundiário entre índios e proprietários rurais, levando o estado, há anos, possuir a liderança no ranking nacional de violência contra os povos indígenas.

TABELA 2: Grandes Regiões e Unidades da Federação – Centro-Oeste

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População Indígena			
	Total	Localização do Domicílio		Percentual nas Terras Indígenas (%)
		Terras Indígenas	Fora das Terras Indígenas	
Centro Oeste	143 432	104 019	39 413	72.5
Mato Grosso do Sul	77 025	61 158	15 867	79.4
Mato Grosso	51 696	42 525	9 171	82.3
Goiás	8583	336	8 247	3.9
Distrito Federal	6 128	-	6 128	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Analisar os dados apresentados é de suma importância, mas se faz necessário olhar para a dura realidade enfrentada pelos indígenas do estado do Mato Grosso do Sul como parte de uma situação histórica. Nesse sentido torna-se necessário fazer um breve histórico dos povos indígenas Kaiowá e Guarani do Mato Grosso do Sul e como se deu o processo que culminou na perda territorial, somando com a percepção e o relato do Sr. Bonifácio⁴, líder indígena da aldeia Pakurity.

BREVE HISTÓRICO DO ESBULHO

Com a Guerra do Paraguai (final do século XIX) e durante todo o período histórico da Primeira República (meados do século XX), notamos episódios que acarretaram grandes modificações no cenário nacional e que mais tarde culminariam na atual situação de *confinamento* dos povos indígenas (Brand, 1993, 1997)⁵ e situações que resultaram no esbulho de seus *tekoha*⁶.

Para o líder indígena Bonifácio, o marco fundamental da perda de seu *tekoha* ocorreu em 1924 (demarcação das reservas pelo SPI), em que:

O governo decidiu arrumar um lugar *reservado* para nós, os indígenas e, assim, encontrar uma solução razoável frente a ocupação territorial

⁴ Entrevista realizada no dia 16 de abril de 2016 com líder indígena Bonifácio Reginaldo Duarte na Aldeia Pakurity por Sônia Rocha Lucas

⁵ Conforme estudos de Brand (1993, 1997), entendemos por *confinamento* compulsório a transferência sistemática e forçada da população das diversas aldeias Kaiowá e Guarani tradicionais para dentro das oito Reservas demarcadas pelo governo entre 1915 e 1928.

⁶ Lugar físico e espiritual – terra, mato, campo, águas, animais, plantas, remédios etc. – onde se realiza o teko, o “modo de ser”, o estado de vida guarani. Engloba a efetivação de relações sociais de grupos macro familiares que vivem e se relacionam em um espaço físico determinado (conforme CAVALCANTE, 2013; e <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1298> - acesso no dia 22/11/2013).

do Estado na época. Enquanto essa estratégia se consolidava na região, nós vivenciávamos dois cenários antagônicos: o primeiro, que se concentrava nas medidas do governo quanto ao destino dos povos indígenas e, no outro, era a nossa permanência com o nosso modo de viver em nosso *tekoha*, ou seja, em nossos territórios tradicionais (Bonifácio; Entrevista, 2016).

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi outro fator de grande impacto. Criada em 1943 como política de ocupação desta região, trouxe para o Estado muitos colonos com a finalidade de povoar o território (colonização), mas bem sabemos, que esses territórios estavam ocupados por povos indígenas, especialmente os Guarani. Podemos notar nas palavras de Brand o quanto a CAND interferiu neste cenário da perda das terras indígenas.

A implantação da Colônia em área de aldeias Kaiowá marcou o início de uma longa e difícil luta dos índios pela manutenção e recuperação de nossas terras. Negamos em deixar as terras, que foram vendidas pelo governo a colonos. Estes, por sua vez, buscavam constantemente obter a expulsão dos índios, através de ações na justiça, ou através de meios mais escusos (Brand, 1997, p.78).

Assim feito, abriu-se espaço para a concessão de títulos públicos a particulares com o intuito de ocuparem os “*espaços vazios*”, chamados de “*terras devolutas*”, em nome do desenvolvimento nacional. Bem sabemos que estes espaços não eram propriamente “*vazios*”, mas de uso e permanência dos indígenas. E para Brand (1997, p. 85) “o problema das terras indígenas, usurpadas pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a partir de 1943, permanece sem solução até a presente data”.

Com a intenção de liberar as terras para os novos colonos, nos anos de 1915 a 1928 foram criadas as oito *reservas*⁷ indígenas no sul do estado para abrigar os indígenas das etnias Kaiowá e Guarani. Cabe ressaltar que em nenhum momento foi pensado ou respeitado a diferença étnica de seus grupos e o direito inalienável a seus territórios tradicionais, situação que acarretou e ainda acarreta um grande conflito interno. Diante deste fato, ou seja, com a criação destas reservas, a situação do território e a própria cosmologia dos Kaiowá e Guarani ficaram comprometidas, tendo em vista a importância da terra para o modo de viver em seus *tekoha*. Tal importância é destacada por Aguilera Urquiza (2013, p. 64):

...esta terra torna-se fundamental para produção e reprodução da cultura de um povo, pois para eles, tudo que se relaciona com a estrutura social, ritual ou religiosa está intimamente relacionada ao território. A terra é,

⁷ As oito reservas são: Amambai, Dourados, Caarapó, Porto Lindo, Taquaperi, Sessoró, Limão Verde e Pirajuí – (Cavalcante, 2013, p. 84).

desta forma, um recurso sociocultural, mais que apenas um recurso da mãe natureza.

Diante deste quadro histórico e no contexto de todas essas transformações, segundo Bonifácio,

O *teko porã*, ou seja, o modo de ser verdadeiro de um Guarani e Kaiowá, foi se modificado cada vez mais, pois o lugar em que vivíamos, o *tekoha* Pakurity, era cheio de indígenas e a possuía uma população bem numerosa, tanto da etnia Kaiowá, como a dos Guarani. Nós podíamos viver, falar e andar livremente segundo o nosso costume e tradição. Havia, também, uma casa de reza e vivíamos, o dia a dia, na maneira *tekojoja* (viver entre iguais) em toda comunidade, mostrando a importância da terra para a comunidade (Bonifácio; Entrevista, 2016).

Nas décadas seguintes as ações do governo em agrupar todos os indígenas do estado nas respectivas reservas intensificaram-se a todo custo e, diante desse quadro, a maior indignação segundo Bonifácio foi, principalmente, “a ação de esbulho contra os povos indígenas que contou com a ajuda da, até então, SPI - Serviço de Proteção aos Índios, visto que esse órgão tinha como objetivo a proteção dos povos indígenas”.

Cabe lembrar que o processo de perda do território dos Kaiowá e Guarani se iniciou com os contratos de arrendamento de terras que beneficiaram a Companhia Matte Laranjeira, já em fins do século XIX. A partir da decadência desta empresa, décadas depois, intensifica-se o processo de ocupação e conseqüente esbulho das terras dos Kaiowá e Guarani para a colonização: derrubar as matas, formar pastos e ampliar a produção. Neste cenário abre-se, cada vez mais, espaço para os novos proprietários rurais, ou seja, colonos vindos de vários estados do Brasil a fim de se fixarem nestas terras. Com as terras sendo vendidas e com a fixação de novos proprietários, os indígenas são pressionados, cada vez mais, a irem para as reservas demarcadas ou a deixarem os seus espaços tradicionalmente ocupados e fugir para as áreas nos fundos das fazendas (Eremites de Oliveira e Pereira, 2009, p.112).

Podemos ver nas palavras de Pereira que houve poucos esforços para se reservar terras para os povos indígenas. O autor diz:

Quando se pensou em reservar terras para os índios, o destino inicial desses espaços era, via de regra, abrigar a população kaiowá que já vivia nesses locais. Entretanto, logo acabou prevalecendo a intenção de reunir nesses espaços a população de um grande número de comunidades kaiowá dispersas pelo território (2006, p.72).

E continua o mesmo antropólogo:

A população kaiowá resistiu de diversas formas, procurando manter a posse das terras que ocupava. Entretanto, a maior parte das famílias das comunidades que tiveram suas terras expropriadas pelas frentes de

ocupação agropecuária gradativamente cedeu às pressões dos fazendeiros e dos funcionários do SPI e se recolheu às áreas de acomodação (2006, p.72).

Neste contexto, inserimos aqui uma breve biografia do líder Bonifácio, até porque seu relato confunde-se com este período de perda dos territórios tradicionais. Em suas próprias palavras:

Em meio a tudo isso, em 1940 eu, Bonifácio Reginaldo Duarte, nasci no município de Dourados/MS em solo da Aldeia Pakurity e ainda na infância, por volta dos 8 anos de idade, meu pai Cacique Duarte faleceu, fato que se tornou em um grande motivo para unir e fortalecer ainda mais toda a comunidade da Aldeia Pakurity em defesa da posse de seu território. Nós criamos ainda mais força para continuar com nossa luta (Bonifácio; Entrevista, 2016).

Quando o senhor Bonifácio já estava mais crescido, conta que enfrentou a dura realidade da entrada e da presença dos colonizadores em seu território e, com eles, o empenho de dar maior movimento monetário para a região, seja através da criação de gado ou outros negócios. Essa invasão chegou até o *tekoha* Pakurity. Em sua fala Bonifácio afirma:

A aldeia era um lugar bom e espaçoso em que os colonos em viagens encontravam para fixarem suas tropas. Geralmente eles vinham do sentido Ponta Porã – Cuiabá. O dono de uma dessas tropas que passou pela região e permaneceu na terra da Aldeia Pakurity foi a família Torraca. A princípio a família Torraca trabalhava na Matte Laranjeira e com o fechamento da empresa eles passaram a negociar gado. E como não poderia ser diferente, com o passar do tempo eu me tornei empregado deles (Bonifácio; Entrevista, 2016).

O contato entre os colonos e os indígenas ficou cada vez mais intenso, em especial porque este *tekohá* localiza-se na rota (estrada) para Ponta Porã, e muito próximo da sede da então Colônia Agrícola de Dourados (CAND). Bonifácio conta que:

Ao nos pedir para mostrar a região em que vivíamos, nós apenas os guiávamos aos lugares em que caminhávamos costumeiramente. Haviam muitos lugares frequentados por nós. Um deles foi o que nos levava ao manguruju (espécie de peixe). E quando os conduzíamos a esses lugares para que conhecessem, posteriormente eles voltavam e cercavam toda a região. Ação adotada costumeiramente pela família Torraca (Bonifácio; Entrevista, 2016).

Aos poucos, vindo de família de líderes, Bonifácio passa a assumir a liderança da comunidade, o que passa a uma de suas características marcantes até o presente. O lugar em que permanecia, conseqüentemente era acompanhado por indígenas Kaiowá e Guarani, em que se aglomeravam junto a ele, sua família extensa. Para o líder indígena isso era “motivo e uma forma de atrapalhar a dura realidade em que estávamos

enfrentando e, também, os interesses pessoais da família Torraca” (colonos). Sendo assim, os indígenas “rebeldes” não saíam de suas terras, a fim de dar espaço para o “progresso”, teimando em ficar no *tekohá*. Segundo o senhor Bonifácio:

Ao meu ver, acharam por bem me levarem para Minas Gerais em um presídio indígena chamado Krenak. Fui para o Krenak e lá permaneci por 3 anos e 4 meses. Ali presenciei muitas ações barbaras em um lugar extremamente triste, entre tantos, o mais triste era ver os indígenas chegarem e lá mesmo morrerem e serem enterrados. Depois deste tempo eu voltei para o meu tekoha Pakurity e permaneço até hoje (Bonifácio; Entrevista, 2016).

Bonifácio continua sua história e afirma que:

Após meu retorno ainda continuei trabalhando para a família Torraca e muitos índios, até do próprio tekoha Pakurity, chegaram a trabalhar para a família em troca de uma galinha, por um bezerro ou cavalo. De maneira resumida, assim se deu a invasão dos colonizadores no nosso tekohá (Bonifácio; Entrevista, 2016).

Após o esbulho de seus territórios, Bonifácio diz que os indígenas, sem ter o direito a permanência na terra, “começamos a andar pelas aldeias e reservas na região de Dourados”. Diz ainda: “na época, como eu já era maduro, entendia muito bem que seguir para o lugar que nos mandavam ir, seja na aldeia de Dourados, Caarapó ou Amambai, o melhor era obedecer”. Todo esse processo de levarem, os indígenas, para as aldeias ou para as reservas eram ordem dadas pelos não indígenas, no caso, representantes do governo, o próprio SPI, e muitas vezes, acompanhada de muita violência. Bonifácio continua: “Tudo isso acarretou na retirada do nosso território tradicional, o nosso *tekoha*. E isso aconteceu em várias aldeias e também no Pakurity”.

E como relatado por vários autores⁸, os indígenas Kaiowá e Guarani do *tekoha* Pakurity não conseguiram viver livremente onde o estado os colocou, ou seja, nas reservas. “Não conseguimos viver, não da maneira do modo tradicional, ou seja, viver no *tekojoja*”, segundo Bonifácio (Entrevista, 2016).

A partir do final da década de 1970 e principalmente dos anos 1980 em diante é que se intensifica o movimento indígena e a mobilização política para obter do Estado o reconhecimento e a demarcação de parte do seu território tradicional como terras indígenas (Cavalcante, 2013, P. 24). Com o advento da Constituição Federal de 1988, a mobilização para a retomada do território tradicional ganha maior proporção no estado do Mato Grosso do Sul.

⁸ Podemos citar Brand (1998), Pereira (2006), Aguilera Urquiza (2013), entre outros.

Assim, no dia 12 de agosto de 1988 os indígenas, liderado pelo senhor Bonifácio, seguem para o Pakurity e iniciam o processo de retomada do seu território tradicional. “Eu mesmo cortei o arame. São quase 28 anos e até agora, no ano de 2016, nós não abandonamos ou saímos daqui. Estamos aqui cuidando da nossa terra” (Bonifácio; Entrevista, 2016).

TEKOHA PAKURITY

Os Indígenas que vivem em Pakurity são, em sua maioria, da etnia Kaiowá; apenas alguns são Guarani (Ñandeva). No Brasil são aproximadamente 51 mil indígena da etnia Guarani e Kaiowá, sendo 31 mil Kaiowá, 13 mil Ñandeva e 7 mil Mbya; com exceção do último, localizados principalmente no Mato Grosso do Sul⁹.

O acampamento Pakurity está localizado próximo da BR 463 a 20 km do perímetro urbano de Dourados. Contando com aproximadamente 15 barracos de lona que se espalham ao longo de um canal de água e segundo o senhor Bonifácio (entrevista, 22/01/2014), líder indígena, no acampamento há 87 pessoas distribuídas em 10 famílias e mais 80 crianças.

Como consta na história dos povos indígenas do estado, a comunidade do Pakurity também vivencia o impasse territorial, situação que os levou a viver à margem da BR 463, enquanto não podem conseguir de volta sua terra.

Essa tentativa de sair das margens de rodovias e realizar “*retomadas*”, ou seja, tentativas de reocupar o direito as áreas que consideram suas terras tradicionais é comentada por Pereira:

Às iniciativas de vários líderes indígenas de tentarem reagrupar suas comunidades com o fim de reocupar parte dos territórios perdidos para a ocupação agropastoril. Tais tentativas são percebidas como necessárias para recuperar as condições necessárias à reprodução física e cultural de suas comunidades. Isto requer o empenho dos líderes no reagrupamento dos parentes e na atualização de formas de sociabilidade parental, tornando possível a atualização das comunidades políticas. Apresentar-se como comunidade política é o primeiro passo para novamente reivindicarem uma base territorial (2010, p. 118).

Atualmente a aldeia Pakurity se encontra próxima a uma mata ciliar, vivendo em alguns poucos hectares, dos 15.500 ha reivindicado, ou seja, a comunidade se encontra em uma mínima parte de propriedade maior. Possui duas nascentes de água (Figura 1) para a sobrevivência e para a utilização dos afazeres diários dos indígenas. Mesmo assim,

⁹ Fonte: FUNASA e FUNAI/2008 - <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/554>

vivendo em parte do seu *tekoha*, trata-se de uma comunidade em situação de acampamento, cercada de situações de conflitos e provisoriedade.

FIGURA 1 – Crianças do Pakurity brincado em uma das fontes de água

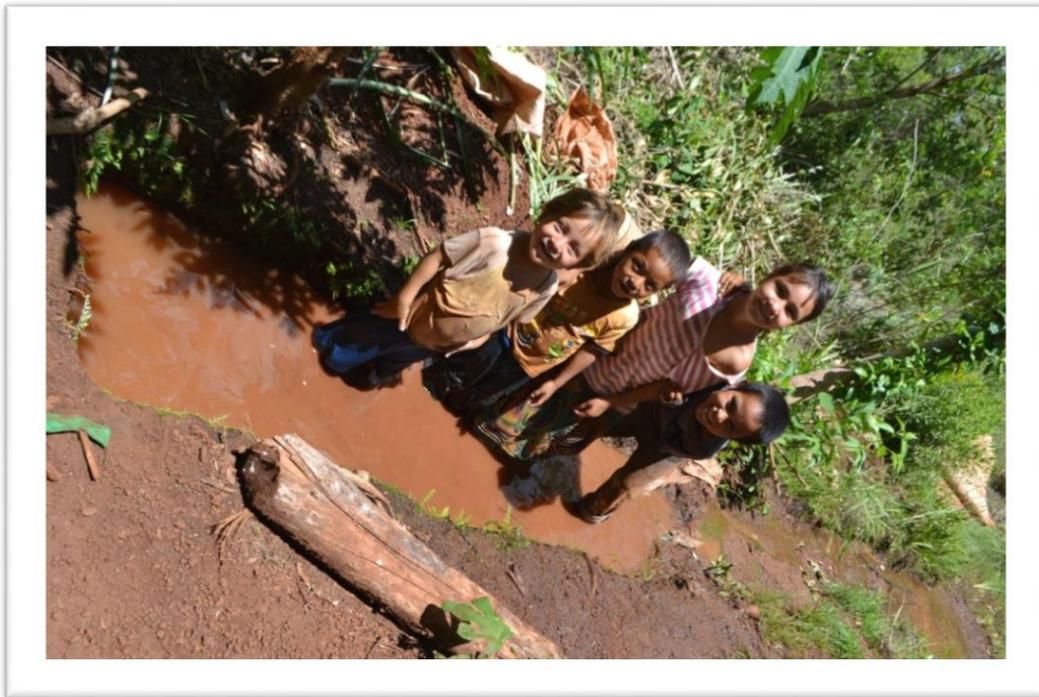
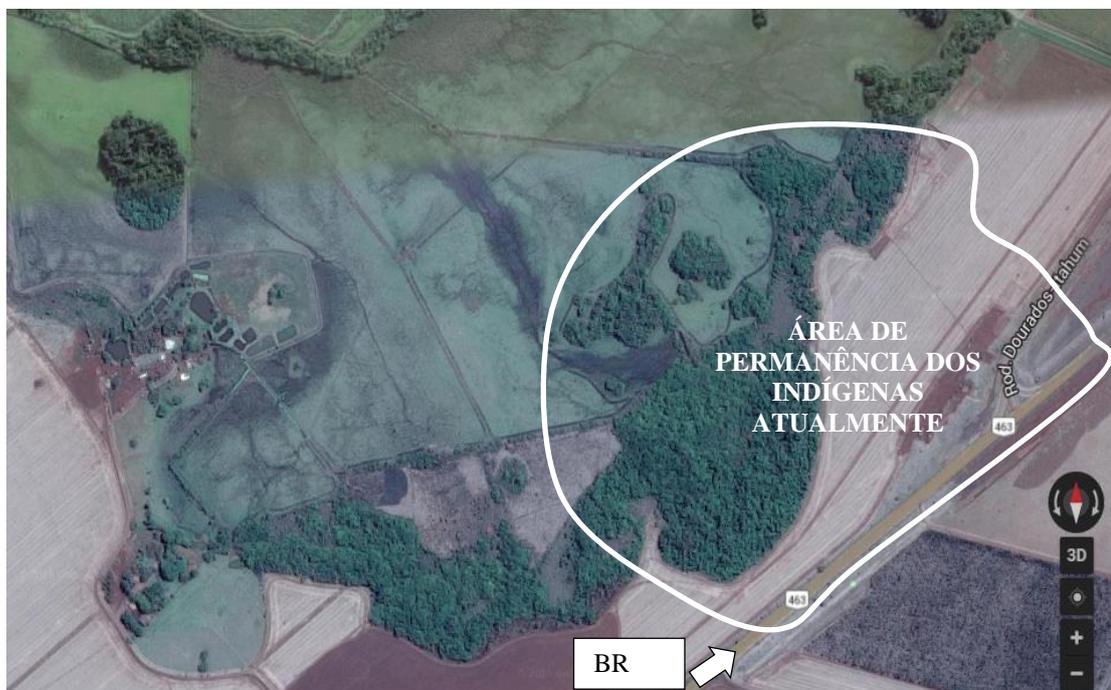


Figura 1 - Fonte: Arquivos da pesquisa, 2014.

FIGURA 2– Localização atual da Aldeia Pakurity



Fonte: Imagem do Google Mapas (22°14'52.7"S 54°58'12.3"W)

As condições de vida no Pakurity não diferem da realidade de outras comunidades, em situação de acampamento. As dificuldades enfrentadas cotidianamente são inúmeras. Lutti acrescenta:

Como o lugar não oferece as condições necessárias para a sobrevivência torna-se necessário estabelecer alternativas e estratégias que permitam a permanência deles ali, por isso, a maioria dos homens precisam trabalhar como diaristas nas roças vizinhas ao acampamento. Como o acampamento não oferece espaço para plantar, nem água para consumo, o recurso encontrado é seguir até à mata, que fica do lado de dentro da propriedade, para ter acesso à água, lenha e remédios (2009, p. 61).

Tratar da atual situação da regulamentação e demarcação das terras da aldeia Pakurity, é assunto muito delicado e complicado, principalmente por se tratar de mais um dos casos que está inserido no contexto dos conflitos fundiários que ocorrem no Mato Grosso do Sul, fruto de fatos históricos ou por ações e omissão do Estado brasileiro. Atualmente são mais de 40 acampamentos que estão, ou na beira da estrada, ou em pequenas parcelas de seu território tradicional (como é o caso do Pakurity), ou ainda, tentando mais uma *retomada* de seu território tradicional.

No site na FUNAI e do Ministério Público não consta nenhuma informação quanto a atual situação desse processo da aldeia Pakurity. Sabemos que em 12 de novembro de 2007 foi assinado o Termo de Ação e Conduta (TAC) com a finalidade de constituir Grupos Técnicos com vistas à identificação e delimitação de 07 Áreas Indígenas. As Terras Indígenas estão divididas em grandes áreas que abrangem várias aldeias. A aldeia Pakurity está inserida na Área Indígena *Douradopegua*. O GT seria constituído por especialistas, coordenado por um antropólogo, que deveria elaborar os relatórios de identificação das Terras Indígenas. No caso do Pakurity, até o momento, ainda não houve a finalização de todo esse processo.

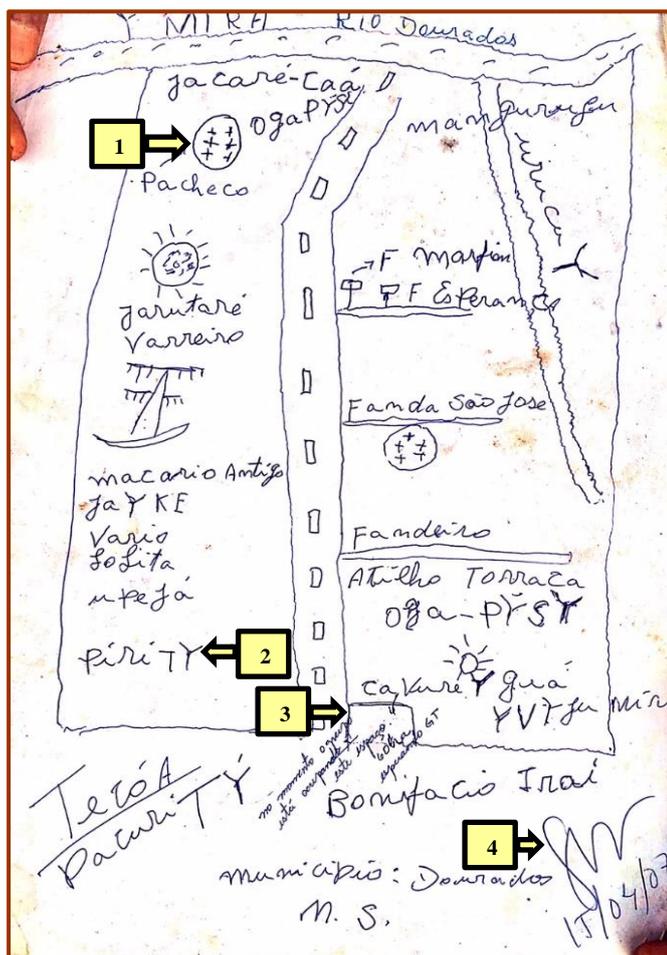
Sem o relatório de identificação finalizado a fonte de dados para a pesquisa sobre quais os limites que abrange o território do Pakurity volta-se para os relatos do Sr. Bonifácio. Ele afirma que conhece muito bem a área reivindicada como sendo o território de posse tradicional de seu povo. “Tenho gravado em minha cabeça, poço mostrar em todos os caminhos que usamos na nossa vida do dia a dia. Caminhos que fazem parte na nossa caça, pesca e contato com outros parentes” (Bonifácio. Entrevista, 2016).

Segundo ele, “o território vai da cerca próxima ao *Yvyjumirim* até o *Manguruju* e do *Purity* ao *Ajacareta*”. Essas marcações e outras mais específicas o Sr. Bonifácio desenhou em um papel (Figura 3). Segundo ele, “tal figura foi produzida pela comunidade para não permitir o esquecimento de toda a área que corresponde ao território tradicional

do Pakurity”. Para Bonifácio “a área proporcionava aos antigos a liberdade de viver e andar livremente em toda a sua extensão”.

Observando ainda a Figura podemos destacar que o *tekoha* Pakurity envolve ambos os lados da BR 463. Do lado oposto em que encontramos atualmente a comunidade, está a região do *Purity* (Nº 2 na Figura 3). Recebe esse nome porque, segundo o Bonifácio, “os antigos saíam do rio Dourados e caminhavam até o *Purity* para buscar uma espécie de semente que os mesmos utilizavam para colocar dentro do chocalho a fim de produzir o som”. Na parte superior esquerda há a existência de um cemitério o qual está enterrado o seu pai, antigo Cacique. Segundo Bonifácio, “no cemitério havia 18 corpos indígenas, mas hoje não encontramos nenhum, pois o fazendeiro pagou propina para destruí-lo” (Nº1 na Figura 3). Observamos que *pacuri*, é uma espécie de árvore com um fruto comestível, o qual seu sumo e a casca serve para curar ferida, e a madeira pode-se utilizar para confecção de móveis, também é encontrado na região e está representado no lado inferior esquerdo do desenho.

FIGURA 3: PAKURITY - DESENHO PRODUZIDO PELA COMUNIDADE



LEGENDA:

1. Cemitério onde foi enterrado o pai de Bonifácio o Cacique Duarte
2. Local onde se encontra a comunidade indígena do Pakurity
3. Assinatura do presidente da Funai Mércio Pereira Gomes
4. Região do *Pirity*

Na parte inferior direita encontramos a localização da área da atual permanência dos indígenas do Pakurity (Nº3 na Figura 3), devidamente sinalizado.

Ainda na Figura 2 podemos verificar na parte inferior do canto esquerdo a assinatura (Nº 4 na Figura 3) do presidente da FUNAI, Mércio Pereira Gomes (2003 a 2007). O relato menciona que em sua visita ele pôde verificar a localização e permanência da comunidade na aldeia Pakurity. O senhor Bonifácio afirma que “Mércio nos encontrou nesse mesmo local, lugar onde fizemos a primeira retomada física e aqui permanecemos até hoje”. De maneira bem geral, segundo o relato do líder indígena Bonifácio toda a extensão da aldeia Pakurity abrange desde o rio Dourados até o local em que a comunidade se encontra atualmente, compreendendo os dois lados da BR463.

Para o líder Bonifácio, retornar a viver em seu *tekoha* representa viver e praticar a cultura do povo. É viver e cultivar o *tekojoja* que quer dizer:

É uma vida de igualdade e, para nós cultivarmos o *tekojoja*, é primordial retomarmos a nossa vida tradicional, voltar a nossa terra. Retornarmos em todo o nosso *tekoha* Pakurity, nosso território tradicional. Dessa forma estaremos vivendo igualmente aos nossos antigos em nosso *tekoha*, pois o modo de viver está gravado na memória de cada um, desde as crianças até os velhos, ou seja, dos velhos que transmitem para as nossas crianças. E nesse ciclo o nosso *tekojoja* nunca acaba, mas passa de geração em geração (Bonifácio. Entrevista, 2016).

Diante dessa realidade enfrentada pelos indígenas da aldeia Pakurity é que se faz de suma importância mostrar um pouco mais sobre como, não apenas os adultos ou a liderança entende a situação de acampamento, mas também como as crianças têm enfrentado tal realidade.

AS CRIANÇAS DA ALDEIA PAKURITY

Falar em criança, usualmente, é estabelecer pontes entre o presente e o futuro, isso entendido como se a criança existe *hoje* para ser o *amanhã*, como se todo esse processo de crescimento fosse um livro em branco e que pouco ou quase nada influenciasse na realidade em que está inserida. Essa é a ideia de muitos quando o assunto é abordar o modo de ser e viver das crianças, mesmo quando não levamos em conta ou não

conhecemos o seu papel no grupo social ao qual pertence. O senso comum dita que as crianças são meras depositárias do conhecimento.

Para Cohn, no entanto,

A criança atuante é aquela que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja, não sendo, portanto, passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais. Reconhece-la é assumir que ela não é um “adulto em miniatura”, ou alguém que treina para a vida adulta. É entender que, onde quer que esteja, ela interage ativamente com os adultos e as outras crianças, com o mundo, sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações (2005. p. 28).

Com o mesmo ponto de vista de Cohn (2005), entendemos que a criança possui um papel ativo na construção da realidade da comunidade indígena. Assim, afirmamos que as crianças são parte integrante e que constroem suas relações estabelecidas dentro de sua sociedade e também autoras na construção de sua identidade. Desta maneira, assumimos que a criança indígena tem um papel ativo e de fundamental importância na construção da cultura. São agentes que constroem suas relações e lhes dão sentido. São atores sociais, produtores ativamente inseridos em sua cultura, participantes do ambiente e da vida diária da comunidade. Em tudo as consideramos como portadoras e fonte de saber.

Diante do saber da criança salientamos que para compreendermos o que é a criança, como vivem e pensam é necessário:

Desvencilharmos das imagens preconcebidas e abordar esse universo e essa realidade tentando entender o que há neles, e não o que esperamos que nos ofereçam. Precisamos nos fazer capazes de entender a criança e seu mundo a partir do seu próprio ponto de vista (Cohn, 2005. p. 8).

Neste contexto, nos perguntamos: como fazer para se ouvir a voz das crianças Kaiowá? Manuel Jacinto Sarmiento traz a seguinte reflexão:

No entanto, o paradoxo maior da expressão “ouvir a voz das crianças” reside não apenas no facto de que ouvir não significa necessariamente *escutar*, mas no facto de que essa “voz” se exprime frequentemente no silêncio, encontra canais e meios de comunicação que se colocam fora da expressão verbal, sendo, aliás, frequentemente infrutífero os esforços por configurar no interior das palavras infantis aquilo que é o sentido das vontades e das ideias das crianças. Mas essas ideias e vontades fazem-se “ouvir” nas múltiplas outras linguagens com que as crianças comunicam. Ouvir a voz é, assim, mais do que a expressão literal de um acto de auscultação verbal (que, alias, não deixa também de ser), uma metonímia que remete para um sentido mais geral de comunicação dialógica com as crianças, colhendo as suas diversificadas formas de expressão (Sarmiento, 2011, p 28).

O autor acrescenta que *o desenho infantil insere-se entre as mais importantes formas de expressão simbólica das crianças*. Dessa maneira escolhemos a técnica de desenhos como forma de expressar a percepção das crianças indígenas da aldeia Pakurity em relação ao seu território, lembrando que as mesmas encontram-se em situação de acampamento, o que pode modificar a compreensão da realidade de suas vidas no dia a dia.

Foram 25 desenhos confeccionados por onze crianças indígenas da idade de 06 a 15 anos da aldeia Pakurity. Para a realização metodológica da técnica com desenhos, reunimos as crianças na área de reuniões e entregamos papel branco e lápis coloridos sortidos a cada uma, com o pedido de que desenhassem, conforme a sua maneira (Figura 4), o que achavam da vida no acampamento, ou seja, que desenhassem seu cotidiano.

Sentadas no chão, nos bancos ou em pneus abandonados e até mesmo deitadas, cada criança fez o seu desenho durante um certo tempo. Cabe salientar que cada folha equivale a um desenho feito por uma criança indígena, pois houve a participação de alguns adultos, mas os desenhos produzidos por eles não foram considerados para o estudo em tela.

Após a atividade do desenho das crianças, continuamos entre elas na comunidade, visitando seus espaços de convivência, recreação e de relações sociais.

FIGURA 4 - CRIANÇAS DO PAKURITY DESENHANDO



Fonte: Arquivos da pesquisa, 2014.

Para a análise dos desenhos utilizamos a classificação dos mesmos, em seis grupos conforme os seguintes temas: 1. *Flora* - Desenhos referentes a vida vegetal; 2. *Fauna* – Temas referentes a vida animal; 3. *Terra* - Desenhos referentes a terra, ou relações com o ambiente; 4. *Lagos* - Temas referentes a lagos ou rios; 5. *Temas Tradicionais* - Desenhos referentes a objetos de uso tradicional da cultura Kaiowá e Guarani do Pakurity e 6. *Outros Temas* – aqueles que não se apresentam na cultura Kaiowá e Guarani do Pakurity (elementos externos à sua cultura tradicional).

Os desenhos uma vez recolhidos, foram separados nas temáticas apresentadas para a análise dos seis grupos.

No grupo temático 1. *Flora* - Elementos referentes a vida vegetal – apresentam temas referentes a árvores, flores e plantas. São 68% dos desenhos realizados pelas crianças indígenas que apresentam o tema de árvores, montanhas, plantas, flores e gramas. Dos 25 desenhos realizados pelas crianças 17 deles continham algum desses objetos.

No grupo do tema 2. *Fauna* – Elementos referentes a vida animal – Encontramos a presença deste tema em 68% dos desenhos os quais apresentavam alguma espécie de animal. Os animais contidos nos desenhos são: pássaros, tatu, cobra, peixes, cachorro, cavalo, touro e onça.

Elementos referentes a terra (Grupo 3) são encontrados em 11 desenhos. Contamos como tema referente a terra toda imagem que delimita o espaço físico (chão) no desenho, como exemplo, montanhas, caminhos, estrada ou uma determinada região cercada. Caso o desenho apresente uma casa tradicional, mas sem a delimitação do solo, não foi considerado. Se fossemos somar todos os desenhos que tem a possibilidade de uma representação do solo ou uso da terra, apenas 2 dois desenhos do total geral não se encaixariam nesse grupo, pois esses desenhos apresentam apenas objetos tradicionais (diadema indígena, arco, flecha e maracá). Nesse sentido foram 44% dos desenhos que apresentam, de forma expressa, algum tipo de objeto referente a terra.

Desenhos referentes a lagos ou rios (Grupo 4) foram expressados em 20% dos desenhos, sendo que dos 25 desenhos realizados quatro deles continham objetos relacionados a lagos e um relacionado a um rio.

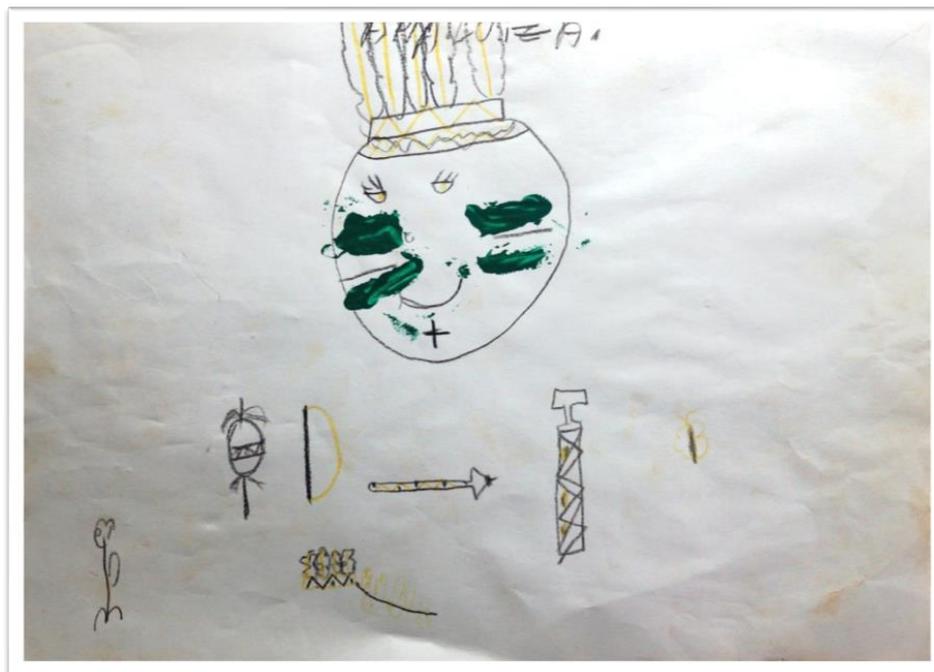
Elementos como casa tradicional, espécie de diadema indígena, arco, flecha, maracá, fogueira, cacique e até um pajé estiveram presentes em 64% dos desenhos do grupo 5 em que se refere aos desenhos que apresentaram objetos pertencentes ao cotidiano da vida tradicional Kaiowá e Guarani – Pakurity (Grupo 5).

No grupo 6. *Outros Temas* obtivemos 20% dos desenhos que apresentaram figuras que não estão inseridos no dia a dia das crianças Kaiowá do acampamento Pakurity. São 5 desenhos, sendo que eles representam a imagem de casas de alvenaria e de 01 uma escola (imagens estereotipadas). Esses objetos por mais que remetam a cultura não indígena, elas estão cada vez mais presentes e próximas do seu cotidiano. Cabe a indagação de que até que ponto a casa de alvenaria e a escola ainda não fazem parte da cultura das crianças da aldeia Pakurity?

Cabe ressaltar que o maior índice apresentado nos desenhos faz referência aos grupo temáticos 1 e 2 (presentes em 17 desenhos) seguido do grupo 5 (presentes em 16 desenhos), ou seja, representam a *flora* (68%), *fauna* (68%) e *Temas Tradicionais* (64%) os quais interligados fazem referência ao modo de viver em relação com a *terra*, tema segue em quarto lugar com 44% e presente em 11 dos desenhos. Isso demonstra que os desenhos das crianças reproduzem o *teko porã*, ou seja, o modo de viver/ser de um Kaiowá e Guarani.

Para a melhor ilustração da classificação e dos resultados aqui apresentados selecionamos três desenhos para possamos visualizar alguns temas utilizados pelas crianças da aldeia Pakurity (Figuras 5 a 7) e que representam seu cotidiano, a relação com o meio ambiente e a cultura tradicional.

FIGURA 5 – desenho classificado nos grupos 1, 2 e 3



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2014;

A figura 5 mostra um desenho que contém uma pequena *flor* no canto direito e mais duas quase ao centro e parte inferior da folha, as quais são representadas no Grupo 1 – *Flora*. Os demais temas apresentados nesse desenho nos remete ao Grupo 5 - *Temas tradicionais*. Em sua maioria notamos que os objetos são a tipificação de uma indígena com *cocar* de penas, um *Maracá*, arco e flecha. Outro elemento que quase passa por imperceptível é uma pequena borboleta no lado direito da folha. O desenho apresentado traz imagens dos Grupos 1, 2 e 5 (Flora, Fauna e elementos da cultura Tradicional).

A Figura 06 contém apenas objetos de uso tradicional (Grupo 5) da cultura Kaiowá e Guarani do Pakurity. Não cabe aqui a discussão se o *cocar* (*jeguaká*) utilizado pelos Kaiowá e Guarani são confeccionados com penas ou com pequenos penachos de lã, apenas queremos trazer o significado de um objeto de uso tradicional para uma criança indígena através do desenho.

FIGURA 6 – desenho classificado no grupo 3



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2014;

Na apresentação da Figura 07 apresenta significativa quantidade e variedade de temas contidos no desenho. Contém temas da flora (árvores), da fauna (tatu, cobra e “cachorro”), da terra (linha horizontal abaixo da casa que nos remete a existência de um solo), um lago, uma casa tradicional e uma casa de alvenaria. Os seis grupos mencionados são apresentados nesse desenho pela criança indígena.

FIGURA 3– desenho classificado em vários grupos temáticos



Fonte: Arquivo da pesquisa, 2014;

A partir destas manifestações específicas na forma de desenho, por parte das crianças da comunidade do Pakurity, demonstram a intrínseca relação entre estas e seu território, assim como em relação às manifestações culturais tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta luta pelo território e do significado que possui para os Kaiowá e Guarani, acredita-se que essa profunda relação física, afetiva e simbólica com a terra também seja desenvolvida pelas crianças. Entendendo o território como espaço próprio de constituição e vivência identitária, principalmente se levado em conta que para eles, esta relação é chamada de *ñande reko*, quer dizer, “*nosso jeito de ser*”. Por este motivo, neste presente texto defendemos a noção da autonomia, mesmo que relativa, das crianças nas relações com os adultos, com o ambiente e com a aldeia. As crianças são sujeitos que elaboram seus próprios códigos de comportamento de acordo com suas experiências e necessidades, sempre em contato com o mundo exterior, de outras crianças e também dos adultos.

Esta constatação choca-se com a realidade atual das comunidades Kaiowá e Guarani, em especial, aquelas em situação de acampamento, realidade de extrema vulnerabilidade e desrespeito aos direitos humanos básicos desta população. Esta realidade histórica de perda do território tradicional e suas consequências segue comprometendo o modo de ser tradicional deste povo (*ñande reko*), assim como

compromete o crescimento saudável destas crianças e todos os direitos inerentes ao ordenamento jurídico nacional e internacional.

O texto reflete, assim, os resultados parciais de uma pesquisa em andamento, acerca das crianças da comunidade Kaiowá e Guarani do Pakurity, relacionando o território e a situação das crianças indígenas, através da pesquisa de campo e da técnica do desenho livre e do desenho estimulado por temas do seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

AGUILERA URQUIZA, A. H (Org.). *Cultura e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2013. 334 p.

AGUILERA URQUIZA, A. H.; NASCIMENTO, A. C. (Org.). *Crianças Indígenas: Diversidade Cultural, Educação e Representações Sociais*. Brasília: Liber Livro, 2011. 292 p.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*; tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BRAND, Antônio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Dissertação (Mestrado em História), PUC – Porto Alegre, 1993.

_____. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. Tese de Doutorado em História - PUCRS, Porto Alegre, 1997.

_____. *Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS*. Tellus, Campo Grande, 3(4): 137-145. 2004.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul*. 2013.470f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

CIMI. *As Violências Contra os Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul*. 2010. http://www.cimi.org.br/pub/MS/Viol_MS_2003_2010.pdf. Acessado em 09 de Junho de 2016 às 17hs 30m.

CIMI. *Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil*. 2014. http://www.cimi.org.br/pub/MS/Viol_MS_2003_2010.pdf. Acessado em 09 de Junho de 2016 às 17hs 30m.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. & PEREIRA, L. M. *Reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas em Mato Grosso do Sul: desafios para a antropologia social e a arqueologia em ambientes colonialistas*. In: AGUIAR, Rodrigo Luiz S. et al. (Org.). *Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamérica: fronteiras, cosmologia e antropologia em aplicação*. Dourados, Editora UFGD, 2010, pp. 185-208.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2010.

LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. da SILVA; NUNES, A. (orgs.). *Crianças indígenas: Ensaio Antropológico*. São Paulo: Global, 2002.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. *Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS: (1990-2009)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFGD. 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. Editora Unesp. 3 ed. São Paulo, 2000

PEREIRA, Levi Marques. *Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos "índios de Corredor"*. *Tellus*, ano 6, n. 10, p. 69-81, abril 2006

_____. *No mundo dos parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowá*. In: LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. da SILVA; NUNES, A. (orgs.) *Crianças indígenas: Ensaio Antropológico*. São Paulo: Global, 2002.

_____. *Mobilidade de processo e processo de territorialização entre os Guarani atuais*. *História em Reflexão*, Dourados, 1(1): 1-33, 2007.

_____. *Demarcação de terras kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial*. *Tellus*. (Campo Grande) ano 10, n. 18, p. 115-137, jan. / jun. 2010.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In: FILHO, Altino José Martins; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). *Das pesquisas com crianças à complexidade da infância*. Campinas: Autores Associados, 2011.

SITES

http://cimi.org.br/pub/RelatorioViolencia_dados_2013.pdf >. Acesso em: 3/11/2014.

http://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf. Acesso em 18/10/2015 às 10hs.

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/554>. Acesso em 18/10/2015;

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva/1298> - acesso no dia 22/11/2013

<http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-32>. Acesso em 18/10/2015;

<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso 18/10/2015.

ENTREVISTA

Bonifácio Reginaldo Martins: Entrevista [22 jan. 2014] Entrevistador: Sônia Rocha Lucas. Rio Brilhante (acampamento Pakurity), 2014. Anotações em caderno de campo. Entrevista concedida no âmbito do projeto de iniciação científica (PIBC/CNPq) desenvolvido por Sônia Rocha Lucas junto à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Bonifácio Reginaldo Martins: Entrevista [16 abril. 2016] Entrevistador: Sônia Rocha Lucas. Dourados (acampamento Pakurity), 2016. Anotações em caderno de campo e filmagem. Entrevista concedida no âmbito do projeto de mestrado (Antropologia - UFGD).